

REFORMAR, PARA VALER, O ESTADO BRASILEIRO

EDSON CARVALHO VIDIGAL

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Advogado, ex-deputado federal, vereador cassado pelo regime militar, jornalista. O curriculum é extenso e retrata com fidelidade a participação atuante do Ministro Edson Vidigal, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, no dia-a-dia do Brasil.

Maranhense de Caxias, o Ministro Edson Vidigal acredita que o estado está se distanciando da sociedade ao não conseguir atender as demandas. Afirma, ainda, que a mudança das elites políticas não significa a mudança de mentalidade mas, é um passo a frente na discussão de novos rumos.

Ele questiona o tamanho das instituições e o custo Brasil e cobra a reforma do Estado como forma de atender a sociedade.

A Polícia é mais investigativa ou coercitiva? Hoje os crimes são resolvidos com o cérebro ou com a força?

Com o cérebro. Não se pode chegar ao objetivo final, ou seja, a prisão como medida preventiva, ao processo como aferição do grau de culpabilidade, a sentença absolutória ou condenatória, sem que se tenha prévia apuração e a apuração aí significa investigação. O que o juiz precisa, ao final, é ter notícia. A notícia que corresponda com a verdade. Não pode ser imaginação, nem do Ministério Público. Então, nós temos portanto um vínculo da polícia com o repórter.

A Polícia hoje é bem informada? Bem formada? A rede de informação do crime, principalmente do tráfico de drogas, parece mais eficiente do que a rede da Polícia. Quais os meios



materiais e os profissionais necessários para eliminar esta diferença?

Falta um pouco de tudo: formação, informação, meios técnicos, capacitação, dinheiro. É necessário uma leitura de conjunto. Passamos, de saída, pela crise do Estado brasileiro. Não adianta ficar procurando culpado. A Polícia é culpada, fulano é culpado, Secretaria de Segurança é culpada. Não é por aí. Isto é bijuteria. Nos vivemos, infelizmente, num momento em que precisamos arrumar um fato grave para que ele seja entregue ao imaginário da sociedade e enquanto o povo fica entretido com o fato, as coisas vão acontecendo. No nosso caso, o fato grave é um grande escândalo. O Brasil é um país tocado a escândalos. Então há de ter sempre um grande escândalo na pauta da imprensa para que se tome uma providência, que pode ser uma CPI (que se torna uma central para novos escândalos), uma Emenda Constitucional, uma lei feita rapidamente, como a de crimes hediondos, pode ser, também, uma Medida Provisória.

Nós precisamos ver por este prisma: o Estado brasileiro, ao ponto em que chegou está em condições de oferecer respostas aos desafios da sociedade? Eu respondo que não. Nós estamos caminhando cada dia mais para um grande confronto entre a ineficácia do Estado e o grande desastre que são os desafios que a sociedade traz com indagações e o Estado não responde.

Então vejamos: o custo do Estado brasileiro para a sociedade. Daí nós temos a opção. Queremos um estado autocrata ou democrata? Já provamos algumas doses de autoritarismo, não gostamos, optamos pela democracia e estamos nos recusando a construir esta democracia.

Tudo que estamos atravessando, no momento, é muito do resíduo do comodismo autoritário de cada um de nós. Ninguém quer tocar no assunto custo Brasil no Legislativo, por exemplo.



Nós temos um Congresso com 513 deputados e 81 senadores. Eu acho que não há necessidade disto tudo. Poderíamos reduzir pela metade. Nós precisamos ter coragem de colocar isso numa agenda de discussão nacional. Nós temos 27 Assembléias Legislativas e eu pergunto para quê servem?

Só nesta engrenagem visível nós temos um custo muito alto para pouca coisa. Precisamos discutir. O Direito é nacional federal, mas só quem legisla o Direito é o Congresso Nacional porque as constituições estaduais não conferem às assembléias legislativas a competência para legislar penal, civil, nada. Tudo é competência privativa da União.

Temos 27 Tribunais de Contas dos estados e da União. Para o quê serve ?

Nós estamos aí, todos cheios de furos. Então não é chegar e culpar porque não tem polícia, porque não tem Ministério Público, porque não tem Justiça.

O que nós estamos precisando, cada um de nós brasileiros, é meter na cabeça que nós queremos um Estado Democrático e que esta democracia quem tem que fazer é cada um de nós.

Precisamos fazer melhor uso do dinheiro público.

Eu penso primeiro no caso da Polícia Federal que está defasada possivelmente em muito mais de 1/3 da sua capacidade operacional a começar pelos recursos humanos. Não entendo como um país com 160 milhões de habitantes com um território continental e fronteiras em aberto pode ter somente 7000 mil policiais federais, quando precisaríamos, no mínimo, de 100 mil entre agentes, delegados e peritos.

Hoje o crime está indo para o interior pela falta de controle nas capitais. No interior não tem Polícia Federal, Ministério Público, Receita Federal, porque não tem Justiça Federal.



Precisamos ter a consciência que é necessário partir urgentemente para as soluções mais simples. Quando chegarmos à estrutura ideal, aí sim podemos discutir, inclusive, o fim do inquérito policial.

Já que o senhor tocou no assunto, qual a sua opinião sobre o fim do inquérito policial?

Eu pessoalmente acho que poderíamos economizar tempo adotando o juízo de instrução e o inquérito já se realizaria no local dos fatos.

No Brasil temos inquérito policial, instrução da ação penal, depois dos autos conclusos, mais inquérito nos tribunais.

Eu prego a rapidez e a objetividade do inquérito que tem que ser uma notícia, não deve mentir, potencialmente veraz e que eu, como juiz, possa confiar, sem muito papelório. Mas para isso, a fonte, que é a Polícia deve ser treinada, deve ser mais profissional e deve contar com a participação do Ministério Público. O procedimento vai eliminar o quesito morosidade.

Por que a Polícia e o Judiciário não têm um sistema de informática compartilhado para que as informações possam fluir com mais rapidez?

Primeiro nós precisamos falar a mesma linguagem, mas como estamos numa Federação de araque, ou seja, nós temos um pacto federativo de mentira, eu não tenho com impedir que o Tribunal de qualquer estado monte uma rede de informação que, de repente, não se interligue com outro estado ou com a do Supremo Tribunal Federal. Da nossa parte estamos incentivando a assinatura do convênio entre a Justiça Federal e o STJ para ter acesso ao banco de dados da Polícia Federal.

Assim, todos os juizes podem acessar as informações da Polícia Federal e ter celeridade nas decisões.

O que falta para a estrutura jurisdicional do país ser bem montada. Dinheiro? O que falta para a Polícia Federal ter melhores equipamentos?

Falta vontade política das elites políticas. Estamos precisando organizar a situação. Nós brasileiros precisamos organizar o “diretório”

A nossa questão é estrutural. Nós temos é que nos organizar, mas não precisamos parar o estado enquanto nos organizamos.

O estado como está indo se distancia cada vez mais da sociedade, que não tem respostas das demandas. O estado está ficando mais caro e voltado para os mesmos. Quem são os mesmos? Os mesmos que tiram os mesmos proveitos desta situação.

Nós ficamos aqui gozando dos argentinos, mas a nossa moeda está valendo menos.

O drama argentino, segundo estudiosos e sociólogos, começou com a peronização, com a industrialização sem planejamento e foi crescendo e o estado foi inchando. Eles criaram um modelo de estado que foi ficando muito pesado e hoje chegou a um descrédito total e vemos aquelas cenas dos argentinos “arrombando” as portas da Casa Rosada e pondo o presidente da república para correr. Chegamos a assistir a desordem geral e generalizada.

O senhor acha que o Brasil está perto disso?

Não está perto mas se não tomar jeito, se não tomar cuidado, vai chegar lá, também.

As mudanças estruturais que o senhor questiona podem ser implementadas no governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, já que está mudando a elite intelectual?

A mudança de mentalidade não se altera com a mudança de governo. A mudança do governo pode alterar uma mudança de enfoque, de leitura. Contudo, mudando a maneira de ver já leva um passo à frente, porque mudando os plantonistas nos vamos ter uma mudança de enfoque. Aí é possível que mudando o enfoque se tenha espaço para novas discussões.

Então, eu espero é que a gente consiga aprofundar a discussão da reforma do estado,

que tem que passar obrigatoriamente pela reforma política. É onde tudo começa e onde tudo acaba. A democracia se firma em instituições políticas e se acaba pelo fracasso destas instituições.

Então em primeiro plano é a reforma política. A reforma política dentro do formato, dentro do contexto da reforma do estado. Temos que repensar o custo disto tudo. Têm questões aí que ninguém faz questão de ver: como as campanhas eleitorais têm tanto dinheiro? Não há uma lei dispendo claramente sobre a origem e aplicação dos recursos e financiamento de campanha.

Então porque não se discute isso claramente, numa mesa que seja de vidro para que todo mundo possa ver o que há por baixo, não é? Por que os institutos de pesquisa decidem quando serão realizadas as convenções e depois eles decidem as eleições? Então nós temos muitas questões aí para discutir, para poder chegar na questão dos peritos da Polícia Federal, da criação das cinco mil novas varas da Justiça Federal, mas quem vai pagar a conta?



O senhor participou da formulação do processo de votação eletrônica. Ele é um sucesso?

É um sucesso e econômico. Além de evitar as fraudes, tornou a eleição mais ágil. O recadastramento diminuiu as fraudes com a eliminação da fotografia, a votação se tornou mais rápida com a urna eletrônica e a apuração informatizada eliminou o contato com as cédulas e contagem de votos. Nós vamos evoluir para o cartão magnético, como os de banco. A discussão do voto eletrônico começou no governo Sarney e de uma ficção passou para a realidade. Está aí, está pago e valeu. Estas discussões sobre recontagem de votos são normais.

O que efetivamente pode ser feito para aumentar o número de vagas e dar melhores condições de trabalho aos peritos da Polícia Federal? Qual a possível participação do Judiciário neste processo?

Primeiro precisamos abrir mais as nossas portas para ouvir os peritos. Precisamos nos entender mais, nos aproximar mais. Podemos e devemos trabalhar juntos.

O Judiciário tem, de algum modo, uma estrutura de contato político, então não custa nada a gente embarcar nestes interesses da Polícia Federal, mais especificamente dos peritos, enquanto estes interesses dizem respeito à prestação jurisdicional mais efetiva, mais eficaz. Podemos juntos trabalhar na proposta orçamentária, no encaminhamento das questões que rolam pelo Congresso. As portas estão abertas para os peritos da Polícia Federal e para a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.



